

**Renda familiar e trabalho da
mulher na Região Metropolitana
de São Paulo nos anos 80 e 90**

Eugenia Troncoso Leone

**Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 81, jul. 1999.**

Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90¹

Eugenia Troncoso Leone²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o significado da ampliação do trabalho remunerado da mulher para a preservação ou modificação do perfil socioeconômico de diferentes tipos de família. O universo de análise esteve constituído pelas famílias com presença de mulher entre seus componentes. A fonte de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente aos anos de 1981, 1990 e 1995. Os principais resultados foram, por um lado, que o número de famílias com mulher na PEA na região metropolitana de São Paulo ultrapassou os 50% em 1995, devido, principalmente, a maior participação das chefes e cônjuges na atividade econômica e, de outro lado, que a contribuição do trabalho da mulher na renda familiar ajudou a retirar famílias da situação de extrema pobreza e a afastar da pobreza as que já não eram pobres.

Palavras-chave: Trabalho feminino; Renda familiar; Pobreza.

Abstract

The purpose of this paper is to analyze the influence of the increase in the number of women receiving economic remuneration in the preservation or modification of the socio-economic profile of the different types of families. The universe of analysis was families which included women. The source of data used was the National Family Survey (PNAD) for the years of 1981, 1990 and 1995. The main results were, on the one hand, that in the urban region of São Paulo, when women were present in the family, more than 50% of them had a woman constituting part of the Economically Active Population in 1995, due mainly to the larger participation of women heads of families and spouses in economic activity. On the other hand, the contribution of the woman's remuneration to the family income often helped to remove the family from the situation of extreme poverty or to keep away from poverty those which were not poor.

Key words: Woman's employment; Family income; Poverty.

(1) Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e apresentado no Seminário "Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios" promovido pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (Campinas, 14-15 abr. 1998).

(2) Professora do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. E-mail: eugenia@eco.unicamp.br. A autora agradece a Raquel Helena Garcia analista de sistemas do Setor de Processamento de Dados e ao aluno Cleber Lourenço, bolsista de Iniciação Científica do CNPq, ambos do Instituto de Economia da UNICAMP, pelo trabalho de programação.

Introdução

A participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro intensificou-se a partir da década de 70, em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização. Prosseguiu na década de 80, apesar da estagnação da atividade econômica e deterioração das oportunidades de ocupação, e, na primeira metade dos anos 90, período que se caracteriza pela intensa abertura econômica, os baixos investimentos e a terceirização da economia, continuou a tendência crescente à incorporação da mulher na força de trabalho.

A década de 90, portanto, inicia-se com um acelerado processo de abertura econômica posto em prática pelo Governo Collor ao mesmo tempo em que implementa um plano recessivo de combate à inflação cujos resultados foram queda da produção e aumento do desemprego sem conseguir debelar a inflação. A crise recessiva alastra-se até meados de 1993 quando o governo de Itamar Franco inicia um intenso ataque à inflação, sem alterar significativamente a estratégia de abertura econômica, tendo implementado o Plano Real no ano de 1994. A inflação é reduzida abruptamente, estimulada pelo aumento das importações de todo tipo de bens, duráveis e não-duráveis, o que conduz a um déficit elevado na balança comercial (Pacheco, 1996; Dedecca, 1996).

A política de estabilização monetária com valorização cambial e elevadas taxas de juros leva a uma deterioração das estruturas produtiva e do emprego. As empresas são obrigadas a “racionalizar a produção” o que conduz a um aumento do desemprego estrutural. O emprego formal diminui e aumenta o grau de informalização das relações de trabalho. Praticamente todo o aumento da ocupação urbana constatado após 1993, com a recuperação da atividade econômica, corresponde a trabalhos por conta-própria e em estabelecimentos de pequeno porte (Mattoso & Baltar, 1997).

O parque industrial construído, exposto indiscriminadamente à competição internacional, provoca uma eliminação maciça de empregos de todo tipo, especialmente da Indústria de Transformação e da Construção Civil, setores que absorviam, principalmente, uma população masculina com baixo nível de instrução. A terceirização da economia, por sua vez, amplia as ocupações ligadas à expansão de serviços sociais, serviços pessoais voltados para as camadas de alta renda, de apoio administrativo e comércio de mercadorias, ocupações em que as mulheres têm tradicionalmente um espaço de maior atuação. Essas mudanças na estrutura de

ocupação favoreceram a inserção feminina em detrimento da masculina. No geral, pode-se dizer que o mercado de trabalho feminino tende a se expandir, sobretudo por causa do dinamismo do setor terciário, mas a informalidade também tende a crescer o que coloca dúvidas com relação à natureza qualitativa dos empregos gerados por este setor.³ Além disso, a continuidade do crescimento do setor terciário vai depender da maior ou menor capacidade de crescimento da economia como um todo.

Na década de 80, nas condições de estagnação da economia e do inegável empobrecimento generalizado da população que atingiu inclusive a classe média brasileira, a participação da mulher na atividade econômica contribuiu para a sustentação da renda familiar (Leone, 1996a, 1996b). Foram as mulheres chefes e cônjuges, com idade acima de 25 anos, escolarizadas, pertencentes a famílias que não têm nível de renda muito baixo, que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado (Bruschini & Lombardi, 1996; Jatobá, 1994; Sedlacek & Santos, 1991; Sedlacek, 1992; Ramos & Soares, 1994; Rios-Neto, 1996, entre outros). Esse aumento da participação da mulher cônjuge, com mais de 25 anos, traduz dois movimentos distintos. De um lado, reflete o fato de algumas mulheres casadas terem começado a trabalhar por remuneração, e de outro, expressa a permanência no trabalho remunerado de mulheres que começaram a trabalhar jovens e não se afastaram da atividade econômica com a idade e a mudança no estado civil (Wajnman & Rios-Neto, 1998).

Um estudo específico para a Região Metropolitana de São Paulo constatou que, na década de 80, o aumento da participação da mulher casada na atividade econômica elevou o número de famílias com mulher na força de trabalho, principalmente aquelas famílias constituídas pelo casal e pelo casal com filhos. Isto quer dizer que um número maior de famílias passou a depender do trabalho da mulher para preservar a renda familiar, não se observando, entretanto, melhora significativa na renda relativa da mulher que trabalha, comparativamente a todas as outras fontes de renda da família. Esses resultados não refletem peculiaridades só da Região Metropolitana de São Paulo, verificando-se também em outras regiões metropolitanas do país (Leone, 1996a, 1996b).

(3) O aumento de participação feminina tem sido tão intenso, apesar dos problemas de geração de emprego dos anos 90, que além de aumentar a ocupação tem aumentado, também, o desemprego das mulheres (Lavinias, 1998).

A consideração de diferentes arranjos familiares e a posição da mulher no seu interior permitiram evidenciar que o ingresso no mercado de trabalho das cônjuges, pertencentes ao tipo de família mais freqüente, a constituída pelo casal com filhos, revela a existência de uma tendência à generalização da participação feminina no mercado de trabalho, independentemente do ônus que isto possa significar para o bem-estar da família. Contudo, nas circunstâncias econômicas em que esta inserção ocorreu, em um período de declínio do poder de compra da renda do trabalho devido à estagnação da economia e à aceleração da inflação, as oportunidades de emprego não facilitaram uma inserção adequada da mulher no mercado de trabalho.

O objetivo do presente trabalho é dar continuidade ao estudo citado referente ao papel da ampliação do trabalho remunerado da mulher para a preservação ou modificação do perfil socioeconômico de diferentes tipos de família. Com essa finalidade compara-se o ano de 1995, terceiro ano de recuperação da economia, com os dois anos anteriormente estudados, 1981 e 1990, que se caracterizaram por serem anos de início de recessão. Essa diversidade conjuntural impõe a necessidade de certo cuidado ao se tentar extrair conclusões sobre as tendências de evolução da situação ocupacional, no Brasil, comparando o ano de 1995 com os de 1981 e 1990.

O estudo privilegia a Região Metropolitana de São Paulo que além de ser a principal aglomeração urbana do país, é a mais afetada pelas oscilações da atividade econômica. Posteriormente, a Região Metropolitana de São Paulo é comparada com as metrópoles de Rio de Janeiro, com dimensão semelhante à de São Paulo, e com Recife e Porto Alegre, metrópoles menores, mas com diferenças em termos de dinamismo econômico e situação socioeconômica da população.

O universo de análise é constituído pelas famílias com presença de mulher entre seus componentes e as situações familiares adotadas são: mulher só, mulher só (sem cônjuge) com filhos, mulher e cônjuge (casal sem filhos), mulher com cônjuge e até dois filhos (casal com até dois filhos) e mulher com cônjuge e mais de dois filhos (casal com mais de dois filhos). A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente aos anos de 1981, 1990 e 1995.

Na análise das mudanças no perfil socioeconômico das famílias, foram utilizadas quatro faixas de renda per capita definidas em função de linhas de pobreza, construídas por Rocha, para os anos de 1981 e 1990, para as Regiões

Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre (Rocha, 1992). As linhas de pobreza para o ano de 1995 foram derivadas das linhas de pobreza do ano de 1990, com base na variação do INPC de setembro de 1990 a setembro de 1995. Para o ano de 1995 utilizou-se o INPC corrigido, pois este consegue captar a inflação, da ordem de 22%, de julho de 1994, mês em que a URV transformou-se em Real e que o INPC, sem ser corrigido, não leva em consideração.

Este artigo apresenta a seguinte estrutura: em primeiro lugar, se faz uma colocação geral sobre a importância do trabalho da mulher para a renda familiar; em seguida, analisam-se a estrutura das famílias e a participação da mulher na força de trabalho. No item seguinte, faz-se um estudo, por faixas de renda, do perfil socioeconômico das famílias e da contribuição da renda da mulher na renda familiar. No quarto item se faz uma análise comparativa entre famílias pobres e não pobres e, por último, confrontam-se os resultados obtidos para a Região Metropolitana de São Paulo com os das Metrôpoles de Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Finaliza-se o estudo com uma síntese das principais conclusões.

1 A importância do trabalho da mulher na renda familiar

Existe um certo consenso de que as condições de trabalho estão se deteriorando, o que se reflete no aumento das taxas de desemprego e na diminuição da estabilidade, segurança e remuneração dos empregos existentes. Nesse contexto de maior incerteza e precarização do mercado de trabalho, a sobrevivência depende, cada vez mais, de um esforço coletivo dentro da família. É na esfera da família que são tomadas as decisões relativas tanto ao consumo quanto à participação na atividade econômica de seus membros, que é a principal fonte de renda familiar para a grande maioria das famílias.

As possibilidades dos membros da família contribuírem para a renda familiar são diferentes, dependendo da estruturação da vida familiar e suas implicações para o trabalho doméstico dos diversos membros da família, bem como da conformação do mercado de trabalho que define as oportunidades dos indivíduos em função de suas características de sexo, idade, escolaridade e lugar na hierarquia da família. Como coloca Telles, nos momentos de ameaça ao padrão de vida atingido, os outros membros – esposa, filho(s), agregado(s) – são mobilizados na direção do mercado de trabalho e, se já estão no mercado, são obrigados a intensificar sua participação através de jornadas de trabalho mais intensivas e/ou outros trabalhos. Na ausência

de políticas que garantam a sobrevivência nas situações mais críticas de precariedade, como o desemprego, doença ou invalidez, todos os membros da família, inclusive crianças e velhos, podem ser transformados em população economicamente ativa (Telles, 1994).

Contudo, a necessidade de complementar a renda familiar não é privilégio das camadas mais pobres da população. A maior mercantilização envolvida no consumo, decorrente do próprio aumento de tamanho das cidades e da complexidade da vida contemporânea em aglomerados urbanos, eleva o nível de renda familiar necessário para as mudanças no estilo de vida das famílias. Além disso, nas camadas mais abastadas da população a questão não é só de sobrevivência estrita mas, sim, de acompanhar as mudanças da sociedade decorrentes do progresso, do acesso a um número crescente de bens e serviços que “devem” ser comprados para o “bem-estar” da família. O endividamento possibilita o acesso a esses novos bens e serviços, porém compromete às pessoas ao pagamento de prestações por períodos que podem ser bastante longos e, em consequência, a família, no seu conjunto, passa a depender cada vez mais de um nível de renda regular e crescente, que deve ser garantido para honrar seus compromissos a fim de realizar os seus desejos de progresso. Na verdade, o endividamento, ao comprometer parcela crescente da renda familiar, torna mais rígida sua utilização pois, o serviço da dívida é um compromisso contratual que tem que ser honrado necessariamente sob pena de inadimplência, ao contrário da decisão de aquisição de novos produtos que tem a alternativa de poder ser adiada.

A entrada da mulher no mercado de trabalho nas circunstâncias econômicas em que ocorreu, numa economia estagnada que limitou a geração de empregos, colocou enormes dificuldades para as mulheres obterem ocupações de qualidade. Mas, ainda assim, a renda da mulher tem ajudado a arcar com os gastos da família e a defender o nível socioeconômico adquirido, evitando uma maior deterioração na sua situação de bem-estar.⁴ Contudo, a renda relativa da mulher que trabalha não tem melhorado muito, não havendo ultrapassado, em 1990, um terço da renda total da família. Assim, a contribuição do trabalho da mulher tem-se manifestado, principalmente, na extensão do número de famílias que passou a depender do trabalho da mulher para preservar a renda familiar (Leone, 1996a, 1996b).

(4) O mal desempenho do mercado de trabalho além de rebaixar a renda dos que participam da atividade econômica, dificultou e retardou a entrada do jovem no mercado de trabalho (Madeira & Januzzi, 1998). O aumento da participação da cônjuge na atividade econômica contribui para compensar os efeitos desses dois resultados do mercado de trabalho sobre o nível de renda familiar.

2 Estrutura familiar e mulher na força de trabalho

A PNAD considera como família “o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que vivem na mesma unidade domiciliar e, também, pessoa que vive só em unidade domiciliar”. Neste estudo, excluíram-se da família os pensionistas e os empregados domésticos. Contudo, aquelas famílias que além dos parentes mais próximos, tinham outros parentes e agregados, foram consideradas em conjunto com as primeiras, evitando-se, assim, problemas de representatividade dos dados da PNAD. O número de famílias residentes na Região Metropolitana de São Paulo era de 3,4 milhões, em 1981, e aumentou para 4,8 milhões, em 1995. Nesses dois anos, aproximadamente 95% das famílias tinha alguma mulher entre seus componentes.

Na distribuição das famílias segundo as seis situações familiares adotadas, observa-se que a tendência a aumento na proporção de famílias constituídas de mulher só e principalmente de mulher sem cônjuge com filhos, que se verificou na década de 80, continua na primeira metade da década de 90. Em conjunto essas duas situações familiares respondem por 24% das famílias com presença de mulher na Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 1). As famílias constituídas pelo casal e pelo casal com até dois filhos permanecem praticamente iguais e as famílias de grande tamanho constituídas pelo casal com mais de dois filhos continuam a diminuir sua participação na década de 90, contribuindo com 21% do total de famílias, um decréscimo de quase oito pontos percentuais em 15 anos. A diminuição no tamanho das famílias ainda é consequência da queda da fecundidade iniciada no país, um pouco antes da década de 70. A fecundidade no estado de São Paulo variou de 3,1 a 2,4 filhos por mulher, na década de 80 (Campanário & Yazaki, 1994).

Tabela 1
Distribuição das famílias com pelo menos uma mulher entre seus componentes
na Região Metropolitana de São Paulo em 1981, 1990 e 1995

Situação Familiar	1981	1990	1995
Mulher só	3,8	4,3	5,1
Mulher sem cônjuge e com filhos	13,5	15,9	19,1
Mulher e cônjuge	12,3	12,6	12,0
Mulher com cônjuge e com até dois filhos	39,1	39,2	40,4
Mulher com cônjuge e com mais de 2 filhos	28,5	25,1	20,7

Homem sem c3njugue e com filhos	2,7	2,9	2,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

O aumento do n3mero de fam3lias constitu3das pela chefe sem c3njugue nem filhos torna mais significativo este tipo de fam3lia em 1995. Entre essas mulheres que vivem sozinhas destacam-se as que t3m acima de 50 anos e s3o vi3vas. A seguir, destacam-se as solteiras seguidas das separadas e/ou desquitadas.⁵ O aumento do n3mero de mulheres que vivem sozinhas pode ser atribu3do 3s uni3es mais tardias e ao aumento das separa3es e div3rcios mas, principalmente, 3 maior sobreviv3ncia das mulheres em rela3o aos homens que tem levado a um aumento do n3mero de vi3vas. J3 as fam3lias constitu3das pela chefe e filhos, que teve um incremento de quase cinco pontos percentuais entre 1980 e 1995, deveu-se principalmente ao aumento das mulheres separadas e divorciadas (Oliveira & Berqu4, 1990; Bilac, 1995; Seade, 1994). Essas mulheres que cuidam sozinhas dos filhos s3o relativamente jovens, na sua grande maioria solteiras ou separadas.⁶ A distin3o entre essas duas situa3es conjugais 3 muito dif3cil no Brasil, pois 3 freq3ente a n3o formaliza3o da uni3o conjugal. Assim, 3 muito grande a propor3o de mulheres com filhos que se declara solteira.

Com o aumento da participa3o da mulher na atividade econ3mica eleva-se o n3mero de fam3lias com mulheres na for3a de trabalho. Em 1995, mais da metade das fam3lias, 53%, tinha pelo menos uma mulher na PEA, constatando-se um aumento de dez pontos percentuais com rela3o ao ano de 1980. Pode-se observar, na Tabela 2, que esse aumento pode ser atribu3do 3s chefes e c3njuges que j3 tinham aumentado sua participa3o na d3cada de 80, variando de 58,4% para 63,7%, e que continua a aumentar na primeira metade da d3cada de 90 atingindo 66,4% em 1995. Um fato novo, nesta primeira metade da d3cada de 90, 3 o aumento da propor3o de fam3lias em que n3o s3o a mulher c3njugue, mas tamb3m alguma filha, fazem parte da PEA. Somente a propor3o de fam3lias em que s3o a filha participava da atividade remunerada teve decr3scimo nos anos considerados.

(5) Foi constatado que 69,5% dessas mulheres tinha acima de 50 anos. Quanto ao estado civil, 50,4% eram vi3vas, 28,1% solteiras e 21,5% desquitadas e/ou separadas. Um n3mero insignificante tinha menos de 20 anos e entre 20 e 30 anos a propor3o era menor do que 10%.

(6) Existiam 32,1% dessas mulheres com menos de 20 e 53,4% com menos de 30 anos. Quanto ao estado civil as vi3vas pesavam somente 16,7%, as separadas 23,9% e as solteiras 45,1%. A propor3o que declarou ignorar seu estado civil foi de 14,3%.

O aumento da participação das chefes e cônjuges na atividade econômica na década de 80 foi geral, independentemente da presença e número de filhos na família. Nos anos 90, essa tendência se acentua ainda mais. São precisamente as mulheres cônjuges com filhos que mais aumentam sua participação, atingindo cifras semelhantes às das casadas sem filhos. Deve-se recordar que o tamanho das famílias tem diminuído, favorecendo uma inserção mais plena da mulher na atividade econômica. A participação das mulheres sem cônjuges e com filhos, que continua sendo predominante, teve um leve decréscimo, ficando nos mesmos níveis do ano de 1981. No caso da mulher sozinha, continua a diminuir sua contribuição na força de trabalho, pois, como foi mencionado, trata-se na sua maioria de mulheres idosas e viúvas (Tabela 3).

Tabela 2

Distribuição das famílias com presença de mulher, segundo a condição de atividade das mulheres na Região Metropolitana de São Paulo em 1981, 1990 e 1995

Famílias segundo condição de atividade das mulheres	1981			1990			1995		
	Famílias	% ^(a)	% ^(b)	Famílias	% ^(a)	% ^(b)	Famílias	% ^(a)	% ^(b)
Total de famílias	3.287.673	100,0		4.605.547	100,0		4.763.837	100,0	
sem mulher na PEA	1.880.754	57,2		2.331.380	50,6		2.246.858	47,2	
com mulher na PEA	1.406.919	42,8	100,0	2.274.167	49,4	100,0	2.516.979	52,8	100,0
– só filha na PEA	425.125		30,2	558.852		24,6	481.312		19,2
– só chefe ou cônjuge na PEA	821.225		58,4	1.449.691		63,7	1.670.829		66,4
– chefe ou cônjuge e pelo menos uma filha na PEA	160.569		11,4	265.624		11,7	364.838		14,5

^(a) % com relação ao total de famílias

^(b) % com relação ao total de famílias com mulher na PEA

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1989 e 1995).

Tabela 3

Taxas de participação feminina segundo situação familiar na Região Metropolitana de São Paulo em 1981, 1990 e 1995

Situação Familiar	1981	1990	1995
Mulher só	49,7	44,9	41,7
Mulher sem cônjuge e com filhos	56,9	58,2	56,7
Mulher e cônjuge	33,4	39,7	42,5
Mulher com cônjuge e com até 2 filhos	25,2	34,4	40,6
Mulher com cônjuge e com mais de 2	27,1	34,9	39,6

filhos			
Total	32,2	39,7	44,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

Existe, então, uma tendência à homogeneização das taxas de participação feminina nos diferentes tipos de família variando em torno dos 40%, com exceção das taxas apresentadas pelas mulheres das famílias constituídas pela chefe e filhos que, apesar do declínio constatado em 1995, supera em quase 16 pontos percentuais às das mulheres das outras classes de família.⁷ Conclui-se que a mulher permanece e continua a ingressar no mercado de trabalho, desta vez num período de atividade econômica mais intensa o que, de certa forma, devido ao papel central do setor terciário, parece favorecer sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se de uma “viagem sem volta”, na qual a mulher continua insistindo na busca de um espaço de participação no trabalho remunerado, mas em que a grande maioria das trabalhadoras enfrenta dificuldades em lograr uma participação de qualidade na atividade econômica. Deve-se ressaltar, entretanto, que nem sempre essa inserção ocorre em postos de trabalho com essas características. Vários estudos mostram, também, a crescente participação de mulheres em ocupações de direção e planejamento que eram privilégios do emprego masculino (Lavinias, 1997).

3 Perfil socioeconômico das famílias

É comum a utilização do critério da renda, através do enfoque das linhas de pobreza, na análise das mudanças no perfil socioeconômico das famílias nas regiões metropolitanas do país. No cálculo das linhas de pobreza, utilizadas neste estudo, consideraram-se as especificidades locais da estrutura de consumo e de preços da população de baixa renda em cada uma das metrópoles. Contudo, devem-se mencionar algumas restrições a esta metodologia pois, ao se estabelecer linhas de pobreza de valor real constante, quando se comparam situações entre anos afastados no tempo não se consideram as mudanças ocorridas no estilo de vida das famílias, nem o fato de que a renda mínima para uma família se sustentar numa

(7) Essa tendência à homogeneização das taxas de participação feminina nos diferentes tipos de família tem uma relação estreita com a profunda mudança que se vem verificando na forma da curva que expressa a relação entre taxa de participação e idade da mulher. Como mencionado, o maior aumento da participação das mulheres adultas pode estar refletindo simultaneamente a entrada da mulher casada no mercado de trabalho e a permanência na atividade econômica das que mudam de estado civil (Wajman & Rios Neto, 1998).

metrópole cada vez maior possa ter aumentado no decorrer dos anos.⁸ Assim, segundo a PNAD, no caso da Região Metropolitana de São Paulo a população residente variou de 12,5 para 16,4 milhões de pessoas entre 1981 e 1995. Nesse sentido, uma constância na proporção de famílias com renda menor que a linha de pobreza significaria um agravamento da situação socioeconômica das famílias que residem na Grande São Paulo.

Na Tabela 4 observa-se que os perfis distributivos das famílias com presença de mulher revelam-se praticamente iguais entre 1981 e 1990, com aproximadamente 17,5% das famílias abaixo de uma linha de pobreza. Em 1995, constata-se um leve decréscimo na proporção dessas famílias pobres (16,45%) aumentando levemente, em contrapartida, a proporção de famílias 1 a 2 e de 2 a 4 linhas de pobreza. Levando em consideração as ressalvas mencionadas no parágrafo anterior ao uso da linha de pobreza, infere-se que a situação das famílias paulistanas agravou-se na década de 80 e não é muito evidente que ela tenha melhorado de forma significativa nos anos 90, apesar da retomada da atividade econômica. A metrópole de São Paulo, mais do que qualquer outra, sofreu os impactos da crise dos anos 80 e a reestruturação produtiva dos anos 90.

Nos anos 80, esse “empobrecimento” generalizado das famílias brasileiras não foi maior devido à contribuição de mães e esposas para a renda familiar que permitiu, ao menos parcialmente, recompor as perdas de renda dos maridos através do aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Nos anos 90, essa tendência ao aumento continua, favorecida pela reestruturação produtiva e a ampliação de ofertas de trabalho nas atividades terciárias.

De fato, as taxas de participação feminina mostram acréscimo em todas as faixas de renda familiar, porém o acréscimo maior foi na faixa de 1 a 2 e 2 a 4 linhas de pobreza. Observa-se que uma maior participação das mulheres na atividade econômica também continua nas camadas não pobres da população. Contudo, o ritmo mais lento de ingresso no mercado de trabalho das mulheres pertencentes às camadas mais desfavorecidas da população, observado nos anos 80, começa a se modificar nos 90 ao se verificar um aumento de quase cinco pontos

(8) Além do problema de supor constante o limite mínimo de renda, os estudos que utilizam a linha de pobreza costumam concentrar a atenção exclusivamente nas famílias com nível de renda muito baixo. Contudo, é também importante averiguar a ocorrência ou não de empobrecimento de famílias que não chegam a se localizar abaixo da linha de pobreza. Por esse motivo, optou-se por usar a linha de pobreza para explicitar várias faixas de renda e não apenas para opor pobres e não-pobres.

percentuais nas taxas de participação das mulheres de famílias que se encontram logo acima da linha de pobreza. Em parte, este acréscimo deve-se à leve recuperação da economia, nos anos 90, que permitiu, com uma colaboração mais intensa do trabalho remunerado da mulher, tirar da pobreza absoluta parte das famílias que se encontravam nessa situação na década de 80.

Na década de 80, o aumento na proporção de mulheres chefes e cônjuges no interior da PEA feminina foi mais intenso nas duas faixas de menor renda, mas, a primeira e última faixa apresentavam um peso maior. Isto tende a se modificar nos anos 90 devido ao considerável aumento na proporção de chefes e cônjuges entre trabalhadoras localizadas no centro da distribuição o que leva a uma homogeneização da proporção de cônjuges nas diferentes faixas de renda familiar reforçando o movimento já observado nos anos 80. No que diz respeito à proporção de chefes e cônjuges na PEA feminina, diminuem as diferenças entre os níveis socioeconômicos traduzindo, novamente, os efeitos da incorporação generalizada da mulher na força de trabalho na elevação da renda familiar.

Tabela 4
Distribuição das famílias com mulher entre seus componentes segundo faixas de renda em linhas de pobreza na Região Metropolitana de São Paulo em 1981, 1990 e 1995

Faixas de renda em linhas de pobreza	Distribuição das Famílias ^(a)			Taxas Participação Feminina ^(b)			% cônjuges na PEA ^(c)		
	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995
menos de 1 L.P	17,3	17,7	16,5	27,4	29,5	31,4	57,6	68,8	71,5
de 1 a 2 L.P	29,1	25,6	26,1	34,6	35,7	40,2	51,5	60,4	66,1
de 2 a 4 L.P	26,7	26,0	28,3	37,4	44,7	47,2	50,9	54,4	66,0
4 e mais L.P	24,9	26,1	25,5	43,5	50,8	52,1	58,4	64,1	65,2
ignorados	2,0	4,6	3,6	—	—	—	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	37,1	41,2	43,8	54,4	60,9	66,5

^(a) não inclui as famílias sem mulher

^(b) mulheres na PEA/ mulheres na PIA

^(c) mulheres chefes ou cônjuges na PEA/ mulheres na PEA

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

Para avaliar a contribuição do trabalho da mulher na renda familiar compara-se, para o ano de 1995, a distribuição das famílias segundo faixas de rendimentos per capita (segunda coluna da Tabela 5) com a que seria a distribuição

das famílias se não fosse considerada na renda familiar total a renda proveniente do trabalho da mulher (primeira coluna da Tabela 5). Essa comparação revela que a renda do trabalho da mulher ajudou, em 1995, a 13,9% do total de famílias com alguma mulher entre seus componentes, moradoras na Região Metropolitana de São Paulo, a deslocar-se para um nível superior de renda.⁹ Desses 13,9%, quase metade, 6,2%, corresponde a famílias que estariam situadas abaixo da linha de pobreza não fosse a renda do trabalho da mulher e, outra parcela, equivalente a 5,2% do total de famílias que se deslocaram de faixa de renda estariam na faixa de 1 a 2 linhas de pobreza, não fosse, também, a renda do trabalho da mulher (terceira coluna da Tabela 5). Destaca-se, então, que do total de famílias que conseguiram se deslocar para um nível superior, 44,6% corresponde àquelas que estariam entre as mais pobres, e outras 37,4% estariam na faixa imediatamente superior à linha de pobreza. Esses deslocamentos significaram que 27,3% das famílias que se teriam localizado abaixo da linha de pobreza conseguiram passar para uma faixa de renda superior, ocorrendo o mesmo com 20,3% das famílias que teriam renda de 1 a 2 linhas de pobreza.

(9) Pressupõe-se que o deslocamento das famílias é para a faixa de renda imediatamente superior.

Tabela 5
Mudanças na distribuição das famílias segundo faixas de renda per capita devido ao rendimento do trabalho das mulheres na Região Metropolitana de São Paulo no ano de 1995.

Faixas de renda familiar per capita	Distribuição das famílias segundo renda familiar		Famílias que passaram para a faixa superior de renda		
	Excluída a renda do trabalho da mulher (A_i)	Incluída a renda do trabalho da mulher (B_i)	(a) % em relação ao total de famílias	% em relação ao total de famílias que se deslocaram	(b) (%) em relação as famílias da primeira coluna
menos de 1 L.P.	22,7	16,5	6,2	44,6	27,3
de 1 a 2 L.P.	25,1	26,1	5,2	37,4	20,3
de 2 a 4 L.P.	25,6	28,3	2,5	18,0	9,7
4 e mais L.P.	23,0	25,5	–	–	–
ignorado	3,6	3,6	–	–	–
Total	100,0	100,0	13,9	100,0	13,9

Obs.: (a) Equivale a calcular $(A_i - B_i) + (A_{i-1} - B_{i-1})$ e indica a proporção de famílias que estaria na faixa de renda imediatamente anterior não fosse a renda do trabalho da mulher.

(b) O cálculo realizado é $[(A_i - B_i) + (A_{i-1} - B_{i-1})] / A_i$ e indica a proporção de famílias de cada faixa de renda que se deslocou para a faixa de renda imediatamente superior devido à renda do trabalho da mulher.

Fonte: PNAD (1995).

Do acima exposto, pode-se deduzir que o trabalho remunerado da mulher ajuda muito mais a galgar níveis superiores de renda quando as mulheres pertencem a famílias de menor renda. Isto é bastante lógico, pois entre as famílias pobres a renda familiar é bastante baixa e, portanto, a complementação de renda proveniente do trabalho da mulher pode ser bastante expressiva na renda familiar. No caso das famílias mais abastadas, ainda que a renda do trabalho da mulher seja mais alta, a renda familiar é muito maior o que dificulta a possibilidade de transpor um nível superior de renda.

Conclui-se que na Região Metropolitana de São Paulo, em geral, as mulheres de famílias de baixa renda que trabalham detêm um nível de renda que consegue elevar substancialmente o nível de renda familiar. Existem situações em que isto não ocorre devido à existência de tipos especiais de família: as que têm no trabalho da mulher a principal fonte de renda ou, então, as que têm um nível de renda familiar muito baixo devido ao grande tamanho da família.

4 Famílias pobres e não-pobres

No item anterior foi mencionado que, em 1995, existiam 16,4% de famílias pobres¹⁰ entre aquelas com mulher entre seus componentes, somente um ponto percentual a menos que nos anos recessivos de 1981 e 1990. A situação de pobreza extrema da Região Metropolitana de São Paulo pouco melhora nesses quinze anos e, em termos absolutos, ainda atinge 781mil famílias.

Nos anos considerados, o perfil das famílias pobres segundo as situações familiares revela uma diminuição acentuada das famílias constituídas pela mulher com cônjuge e mais de dois filhos, e um aumento também pronunciado das formadas pela chefe sem cônjuge e com filhos (Tabela 6). Essa mudança que vem ocorrendo desde 1981 continua na década de 90. Na verdade, esse fato traduz uma modificação geral da distribuição das famílias paulistanas pois as mesmas tendências são observadas entre as famílias com renda acima da linha de pobreza. Ocorre, entretanto, que o perfil das famílias pobres é muito diferente do perfil das famílias não-pobres. Entre os pobres pesam mais as famílias com presença de filhos, mas com o decréscimo das formadas pelo casal e mais de dois filhos e o aumento das constituídas pela chefe sem cônjuge e filhos, os pesos dessas duas situações domiciliares, no total de famílias, tornam-se praticamente iguais em 1995. Entre as famílias com renda acima da linha de pobreza observa-se predominância das situações familiares em que não há presença de filhos e, entre as que têm filhos, destaca-se o peso daquelas com menos de dois filhos.

Incorporando à análise os resultados da tabela seguinte, observa-se que as proporções de famílias pobres entre as diferentes situações familiares quase não se alteram (Tabela 7). A única mudança evidente é a queda na proporção de mulheres sozinhas com renda abaixo da linha de pobreza entre 1990 e 1995. Como mencionado, neste grupo predomina a mulher viúva e, além disso, sabe-se que o Congresso Nacional elevou o nível mínimo dos benefícios de aposentadoria e pensões no início da década de 90, fato que deve ter possibilitado a saída de muitas dessas mulheres da situação de pobreza absoluta.

Tabela 6
Distribuição das famílias pobres e não pobres segundo situação familiar na
Região Metropolitana de São Paulo em 1981, 1990 e 1995

Situação Familiar	Pobres			Não Pobres		
	81	90	95	81	90	95
Mulher só	3,6	4,9	2,2	4,0	4,2	6,0

(10) Considera-se família pobre àquela que aufera renda per capita menor que a linha de pobreza.

Mulher só com filhos	17,1	21,3	28,7	12,7	14,5	17,7
Mulher e cônjuge	6,2	7,1	7,0	14,0	14,6	13,2
Mulher com cônjuge e até dois filhos	27,1	28,1	30,6	43,3	43,6	43,9
Mulher com cônjuge e mais de dois filhos	46,0	38,6	31,5	26,0	23,1	19,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

Tabela 7
Distribuição das famílias classificadas segundo a situação familiar por níveis de renda (pobres e não pobres) na Região Metropolitana de São Paulo em 1981, 1990 e 1995

Situações Familiares	Anos	Níveis de Renda			Total
		Pobres	Não Pobres	Ignorado	
Mulher só	81	15,9	82,4	1,7	100,0
	90	19,4	73,0	7,6	100,0
	95	6,8	91,4	1,8	100,0
Mulher com filhos	81	21,3	73,8	4,9	100,0
	90	23,0	68,9	8,1	100,0
	95	24,1	72,3	3,6	100,0
Mulher e cônjuge	81	8,5	89,3	2,2	100,0
	90	9,7	87,3	3,0	100,0
	95	9,3	85,3	5,3	100,0
Mulher com cônjuge e até dois filhos	81	11,7	87,0	1,3	100,0
	90	12,3	83,8	3,9	100,0
	95	12,2	84,6	3,3	100,0
Mulher com cônjuge e mais de dois filhos	81	27,2	71,7	1,1	100,0
	90	26,3	69,7	4,0	100,0
	95	24,4	72,2	3,4	100,0
Total	81	17,3	80,7	2,0	100,0
	90	17,7	77,7	4,6	100,0
	95	16,4	80,0	3,6	100,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

5 Comparação do perfil socioeconômico das famílias da Região Metropolitana de São Paulo com os das metrópoles de Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre

Nesta parte do estudo, compara-se São Paulo com outras três regiões metropolitanas brasileiras. Pretende-se examinar se os resultados da análise da situação da mulher quanto à atividade econômica e suas repercussões na renda das famílias na Região Metropolitana de São Paulo refletem particularidades desta metrópole ou podem ser estendidas ao conjunto das metrópoles do país.

Na década de 80, Recife apresentou um significativo aumento do nível de renda das famílias que residiam nessa metrópole¹¹ (Tabela 8). Já a Região Metropolitana de Porto Alegre manteve inalterada a distribuição dos rendimentos familiares e o Rio de Janeiro, que já tinha em 1981 uma situação de rendimentos pior que São Paulo e Porto Alegre, apresentou um agravamento na década. Comparando o ano de 1995, de alta atividade econômica, com 1990, ano de recessão da economia, observa-se pouca melhora na distribuição dos rendimentos familiares. De fato, Rio de Janeiro praticamente regride à situação de 1981; em Recife continua, porém com menor intensidade, o aumento da renda da família e, em São Paulo e Porto Alegre, a situação socioeconômica mantém-se no nível de 1990. Em 1995, as desigualdades regionais de rendimento familiar continuam grandes: Recife ainda é, de longe, a metrópole com menores rendimentos familiares, embora os números absolutos de famílias pobres de São Paulo e Rio de Janeiro sejam maiores que os da metrópole nordestina.

Na comparação das taxas de participação feminina, o constatado em São Paulo se verifica nas demais metrópoles (Tabela 9). O aumento da participação feminina na década de 80 foi maior nas faixas de maior rendimento familiar, processo que se difunde para as camadas de menor renda depois de 1990. O aumento da participação feminina é maior nas outras metrópoles do que em São Paulo. A Região Metropolitana de Porto Alegre é a que tem maior participação feminina em todas as faixas de renda, chegando a ter metade das mulheres com idade para trabalhar na atividade econômica. Em geral, ainda que tenha-se difundido para as camadas de menor renda a participação feminina na atividade econômica, continuam muito grandes as diferenças em favor das famílias de maior rendimento devido, em parte, a própria contribuição da mulher para a renda familiar.

Em síntese, o aumento de participação feminina é um fenômeno generalizado e a maior participação continua sendo entre mulheres pertencentes a famílias não-pobres, destacando-se, entre as pobres, os significativos aumentos de participação das metrópoles de Recife e Porto Alegre, ainda que esta última metrópole apresente elevados aumentos de participação feminina em todas as faixas de renda. O aumento da proporção de chefes e cônjuges na PEA feminina também é generalizado, pois só não aumenta na faixa de maior renda da metrópole de Recife

(11) Suspeita-se que a amostra da PNAD contenha uma subrepresentação de famílias pobres e sobrerepresentação das de maior nível de renda no Recife, nos anos 1990 e 1995.

e aumenta muito pouco, nessa mesma faixa, em São Paulo (Tabela 10). A metrópole de Porto Alegre destaca-se também por apresentar a maior proporção de chefes e cônjuges na PEA feminina em todas as faixas de renda. No seu conjunto, essa proporção atinge 77%, em 1995.

Na avaliação da contribuição do trabalho da mulher para a renda familiar calcula-se, com base no mesmo procedimento usado para a Região Metropolitana de São Paulo no item três, a proporção de famílias que passou, no ano de 1995, para um nível superior de renda devido ao trabalho remunerado da mulher. Observa-se, na Tabela 11, que a Região Metropolitana de Porto Alegre é a que mais se beneficiou com o trabalho da mulher, pois contribuiu para deslocar para um nível superior de renda 17,4% do total de famílias e, a 7,1% destas, as ajudou a sair de abaixo da linha da pobreza. Deve-se notar que essas famílias que conseguiram sair da pobreza extrema (7,1%) correspondem a 30,6% das famílias que se encontrariam abaixo da linha de pobreza não fosse o trabalho da mulher, proporção esta maior à de todas as outras metrópoles consideradas. Na metrópole de Rio de Janeiro a contribuição do trabalho da mulher à renda familiar teve efeitos mais parecidos aos de São Paulo, porém a renda do trabalho da mulher nessa metrópole ajudou a retirar uma proporção um pouco menor de famílias das duas faixas de menor renda e uma proporção maior na faixa de 2 a 4 linhas de pobreza. Por último, o Recife é a metrópole onde a renda do trabalho da mulher apresenta efeitos menores. De fato, somente 9,8% do total de famílias conseguem passar para uma faixa de renda superior e, ainda que 57,1% dessas famílias localizavam-se na faixa de extrema pobreza, essa cifra corresponde a somente 12,6% do total de famílias que seriam pobres.

Analogamente, ao constatado para São Paulo, nas outras metrópoles também se verifica que o rendimento do trabalho da mulher ajuda muito mais a transpor níveis superiores de renda quando as mulheres pertencem a famílias de menor renda, porém percebem-se algumas peculiaridades. Assim, na metrópole de Porto Alegre os efeitos de aumentos de participação e de remuneração das mulheres trabalhadoras foram mais intensos que nas outras metrópoles em todas as faixas de renda. As metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam comportamentos semelhantes. Já no Recife, onde os rendimentos do trabalho são menores, o trabalho da mulher é particularmente mal remunerado e dificilmente consegue deslocar uma

proporção mais expressiva de famílias de um nível de renda para outro, inclusive, na faixa abaixo de uma linha de pobreza.

Tabela 8
Distribuição das famílias segundo faixas de renda familiar, em linhas de pobreza (LP), nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Anos 1981, 1990 e 1995.

Faixas de renda em linhas de pobreza	São Paulo			Rio de Janeiro			Recife			Porto Alegre		
	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995
menos de 1 L.P.	17,3	17,7	16,4	20,2	26,6	21,5	47,5	40,5	38,4	14,1	15,9	16,1
de 1 a 2 L.P.	29,1	25,6	26,1	26,7	27,8	27,3	24,7	24,3	28,1	27,1	25,1	26,8
de 2 a 4 L.P.	26,7	26,0	28,2	24,2	20,0	23,3	13,1	14,7	15,0	28,7	26,2	25,1
4 e mais L.P.	24,9	26,1	25,6	25,1	22,0	25,5	10,9	15,6	14,5	27,7	29,9	29,4
Ignorados	2,0	4,6	3,7	3,8	3,6	2,5	3,7	4,9	4,1	2,4	2,9	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

Tabela 9
Taxas de participação feminina (total de mulheres) segundo faixas de renda familiar, em linhas de pobreza (LP), nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Anos 1981, 1990 e 1995

Faixas de renda em linhas de pobreza	São Paulo			Rio de Janeiro			Recife			Porto Alegre		
	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995
menos de 1 L.P.	27,4	29,5	31,4	25,7	32,1	32,8	23,4	26,2	33,7	28,3	30,1	39,1
de 1 a 2 L.P.	34,6	35,7	40,2	31,2	38,9	40,2	28,9	36,2	39,0	34,6	42,1	44,8
de 2 a 4 L.P.	37,4	44,7	47,2	37,8	40,3	46,4	37,4	44,1	43,8	44,3	47,8	54,0
4 e mais L.P.	43,5	50,8	52,1	41,8	47,3	47,8	38,8	48,6	44,8	47,7	51,2	57,3
Total	37,1	41,2	43,8	33,7	38,5	41,9	27,9	34,5	38,5	39,9	43,9	49,9

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

Tabela 10
 Proporção de chefes e cônjuges na PEA segundo faixas de renda familiar, em linhas de Pobreza (LP),
 nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Anos 1981, 1990 e 1995

Faixas de renda em linhas de pobreza	São Paulo			Rio de Janeiro			Recife			Porto Alegre		
	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995	1981	1990	1995
menos de 1 L.P.	57,6	68,8	71,5	55,4	60,9	74,3	60,5	65,8	72,7	70,9	70,8	82,0
de 1 a 2 L.P.	51,5	60,4	66,1	58,0	61,7	68,4	57,3	63,0	67,7	64,4	74,8	75,0
de 2 a 4 L.P.	50,9	54,4	66,0	62,8	64,6	68,6	57,7	60,3	65,0	63,6	70,9	74,0
4 e mais L.P.	58,4	64,1	65,2	67,2	67,7	71,6	67,5	74,5	71,1	73,1	76,6	78,3
Total	54,4	60,9	66,5	61,0	63,7	70,4	60,5	66,0	69,6	67,7	73,9	76,7

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1990 e 1995).

Tabela 11
 Mudanças na distribuição das famílias segundo faixas de renda per capita devido ao rendimento do trabalho da mulher
 nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre no ano de 1995.

Faixas de renda per capita	Famílias que passaram para a faixa superior de renda											
	São Paulo			Rio de Janeiro			Recife			Porto Alegre		
	(a) % em relação ao total de famílias	% em rel. ao total de famílias que se deslocaram	(b) % em relação às famílias da primeira coluna	(a) % em relação ao total de famílias	% em rel. ao total de famílias que se deslocaram	(b) % em relação às famílias da primeira coluna	(a) % em relação ao total de famílias	% em rel. ao total de famílias que se deslocaram	(b) % em relação às famílias da primeira coluna	(a) % em relação ao total de famílias	% em rel. ao total de famílias que se deslocaram	(b) % em relação às famílias da primeira coluna
menos de 1 L.P.	6,2	44,6	27,3	6,0	44,1	21,7	5,6	57,1	12,6	7,1	40,8	30,6

de 1 a 2 L.P.	5,2	37,4	20,3	4,7	34,6	17,9	29	29,6	11,5	6,1	35,1	23,6
de 2 a 4 L.P.	2,5	18,0	9,7	2,9	21,3	13,6	1,3	13,3	9,7	4,2	24,1	18,2
4 e mais L.P.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ignorado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	13,9	100,0	13,9	13,6	100,0	13,6	9,8	100,0	9,8	17,4	100,0	17,4

Obs.: (a) Equivale a calcular $(A_i - B_i) + (A_{i-1} - B_{i-1})$

(b) O cálculo realizado é $[(A_i - B_i) + (A_{i-1} - B_{i-1})] / A_i$

Fonte: PNAD (1995).

Conclusão

A continuidade da inserção da mulher no mercado de trabalho nos anos 90 ocorre em um período de recuperação econômica marcado, porém, pela reestruturação produtiva a qual se caracteriza pela eliminação de empregos formais, majoritariamente masculinos, ligados à Indústria de Transformação e a Construção Civil, bem como pela criação de ocupações por conta-própria e de pequenos estabelecimentos direcionados, principalmente, a serviços pessoais, de apoio administrativo e comércio de mercadorias que, tradicionalmente, são ocupados por mulheres.

Nesse contexto de incerteza e precarização do mercado de trabalho, a sobrevivência depende cada vez mais de um esforço coletivo dentro da família e a necessidade de complementar a renda familiar atinge a maioria delas, independentemente do seu status socioeconômico e, ainda que a renda do trabalho da mulher, assim como a do homem, não tenha melhorado de forma expressiva nos últimos 15 anos, tem ajudado a sustentar e defender o padrão de vida das famílias que passaram a depender cada vez mais de um nível de renda regular, crescente e garantido.

Este estudo esforçou-se em vincular a participação da mulher na atividade econômica e sua contribuição para a renda familiar às diferentes situações familiares, com o objetivo de ajudar a esclarecer as trajetórias dos perfis socioeconômicos das famílias com mulher entre seus componentes. As principais conclusões constatadas para a primeira metade da década de 90 relativas a Região Metropolitana de São Paulo, são as seguintes:

- (1) continua a aumentar a proporção de famílias constituídas só de mulher e de mulher sem cônjuge e com filhos e a diminuir a proporção das casadas com cônjuge presente e mais de dois filhos. Nos dois primeiros casos, destacam-se, respectivamente, as mulheres com mais de 50 anos que são viúvas e as solteiras não tão jovens, seguidas das separadas e divorciadas. A diminuição das casadas com cônjuge e mais de dois filhos é ainda resultado da queda da fecundidade na metrópole de São Paulo;
- (2) continua a se elevar o número de famílias com mulher na PEA ultrapassando os 50% em 1995 e esse aumento pode ser atribuído principalmente à maior participação das chefes e cônjuges na atividade econômica;

- (3) existe uma tendência a homogeneização das taxas de participação feminina nas diferentes situações familiares, variando em torno dos 40%, com exceção das mulheres que são chefes e têm filhos que, apesar de terem apresentado declínio superaram em quase 16 pontos percentuais as taxas de participação das mulheres das outras situações familiares;
- (4) os perfis distributivos das famílias com presença de mulher, usando o critério da renda, pouco se alteraram, constatando-se leve decréscimo na proporção de famílias pobres e aumento do peso das famílias de 1 a 2 e 2 a 4 linhas de pobreza. A maior participação da mulher na atividade econômica continua sendo naquelas famílias pertencentes às camadas não pobres da população. A menor participação feminina entre as famílias pobres reflete basicamente três fenômenos: as situações familiares de extrema pobreza que costumam dificultar o trabalho remunerado da mulher, as situações em que a mulher consegue ir ao mercado de trabalho e ajuda a tirar a família da situação de pobreza e os casos em que, mesmo a mulher trabalhando, não consegue elevar o suficiente a renda familiar. Neste último caso trata-se de famílias especiais que não tem outra fonte de renda, e/ou, têm uma renda per capita muito baixa devido a seu grande tamanho e poucas pessoas na família contribuindo para a renda familiar. No que se refere à proporção de chefes e cônjuges na PEA feminina, diminuem as diferenças por níveis de renda;
- (5) a contribuição do trabalho da mulher na renda familiar ajuda, principalmente, a retirar famílias de situação de extrema pobreza e a afastar as que já não eram tão pobres para mais longe da linha de pobreza;
- (6) o perfil distributivo das famílias pobres continua a evidenciar o declínio do peso das famílias grandes e o aumento das constituídas pela chefe sem cônjuge e filhos. Estas tendências são gerais sendo também observadas entre as famílias não pobres. Os perfis distributivos, entretanto, são muito diferentes entre as famílias pobres e não-pobres. Entre as pobres, pesam mais as famílias com presença de filhos e entre as não-pobres, as famílias sem filhos.

Na comparação de São Paulo com as metrópoles de Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre destacam-se os seguintes resultados:

- (1) o perfil distributivo das famílias permanece inalterado, com exceção de Recife que mostra leve melhoria, mas continua tendo, de longe, a pior distribuição. Quanto às taxas de participação feminina, o constatado para São Paulo se

verifica nas demais metrópoles – elevação no ritmo de participação nas camadas de menor renda – mas, ainda assim, continuam grandes as diferenças em favor das famílias de maior rendimento. O aumento da proporção de chefes e cônjuges na PEA feminina é geral, destacando-se a metrópole de Porto Alegre por apresentar, em termos relativos, o maior número de mulheres chefes e cônjuges na atividade econômica, em todas as faixas de renda;

- (2) a contribuição do trabalho da mulher na renda familiar mostrou-se mais expressiva na metrópole de Porto Alegre. Em todas as metrópoles analisadas essa contribuição favoreceu principalmente as famílias de baixa renda.

Conclui-se, então, que continuam a aumentar as taxas de participação feminina no mercado de trabalho, bem como o número de famílias que dependem do trabalho da mulher, e isto se verifica apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela mulher nesse mercado, já mencionadas. Embora ainda permaneçam significativas diferenças, em geral, os resultados obtidos mostram uma tendência à homogeneização dos indicadores de participação feminina na atividade econômica, nos diferentes níveis de renda e situações familiares, mostrando a generalização do aumento dessa participação que, inicialmente, concentrou-se nas parcelas mais abastadas da população. Essa generalização contribuiu significativamente para evitar o aumento da pobreza absoluta no Brasil.

Bibliografia

- BALTAR, P. E. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 6, 1996.
- BILAC, E. D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1991.
- BRUSCHINI, C., LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: APEB, 1996.
- CAMPANÁRIO, P., YAZAKI, L. M. A fecundidade em São Paulo e suas regiões de governo: níveis e tendências. In: A FECUNDIDADE da mulher paulista. São Paulo: Fundação SEADE, 1994.
- DEDECCA, C. S. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J. E. (Coord.). *Crise e trabalho no Brasil. Modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

- JATOBÁ, J. Brazilian women in the metropolitan labor force, a times series study across region and households status. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, 1994. *Anais...* [s.l.]: ABEP, 1994. v. 3.
- LAVINAS, L. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997.
- _____. *Desemprego feminino: desafios para o final da década*. Campinas: ABEP, 14-15 abr. 1998. (Apresentado no Seminário de Discussão: Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios).
- LEONE, E. Empobrecimento da população e inserção da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na década de 1980. In: OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J. E. (Coord.). *Crise e trabalho no Brasil*. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996a.
- _____. Trabalho da mulher e renda familiar na Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1996b. v. 1, p. 535-546.
- MADEIRA, F., JANNUZZI, P. Impactos da dinâmica sócio-demográfica sobre o nível e distribuição de renda: uma análise para a RMSP nos anos 90. São Paulo: SEADE, 1998. (Versão preliminar).
- MATTOSO, J., BALTAR, P. E. Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente. In: VELLOSO et al. (Coord.). *Brasil: desafios de um país em transformação*. [s.l.] José Olympio Editora, 1997.
- OLIVEIRA, M. C. F., BERQUÔ, E. A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 1991.
- PACHECO, C. *Transformações do mercado de trabalho brasileiro entre 1980 e 1995 e perspectivas futuras*. Campinas, [s.n.], 1996. (Mimeogr.).
- RAMOS, L., SOARES, A. L. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 350).
- RIOS-NETO, E. L. G. O impacto das crianças sobre a participação feminina na PEA. O caso das mulheres casadas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 1996. v. 1, p. 517-534.
- ROCHA, S. Poverty in Brazil: basic parameters and empirical results. In: INTERNACIONAL SEMINAR LABOR MARKET ROOTS OF POVERTY AND INEQUALITY IN BRAZIL, ago. 1992. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- SEADE. Arranjos familiares e ciclos de vida das famílias metropolitanas de São Paulo entre 1985 e 1993. Estudo especial. *Boletim PED*, n. 118, 1994.

- SEDLACEK, G. L. Estratégia de sobrevivência da família brasileira: um estudo da participação das esposas. In: PERSPECTIVAS da economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1992.
- SEDLACEK, G. L., SANTOS, E. C. *A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar*. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (Texto para Discussão, n. 209).
- TELLES, V da S. Família e trabalho: precariedade e pauperismo na Grande São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 11, n. 2, jul./dez. 1994.
- WAJNMAN, S, RIOS-NETO, E. *Quantas serão as mulheres*: cenários para a atividade feminina. Campinas: ABEP, 14-15 abr. 1998. (Apresentado no Seminário de Discussão: Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios).